



Documento de Área

Planejamento Urbano e Regional e Demografia

Coordenador da Área: Roberto Luiz do Carmo (UNICAMP)
Coordenadora Adjunta de Programas Acadêmicos: Maria do Livramento Clementino (UFRN)
Coordenador Adjunto de Programas Profissionais: Christian Luiz da Silva (UTFPR)



Sumário

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DA ÁREA	2
II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017	12
III. FICHAS DE AVALIAÇÃO PARA O QUADRIÊNIO 2013-2016	15
IV. CONSIDERAÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL	34

DOCUMENTO DE ÁREA 2016

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DA ÁREA

A Área de avaliação “Planejamento Urbano e Regional e Demografia” (PLURD) é composta por duas subáreas: de Planejamento Urbano e Regional e de Demografia. A Área originou-se da criação, no início da década de 1970, dos primeiros cursos de mestrado em Recife, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte com a finalidade de formar quadros tanto para a formulação e implementação de políticas públicas nos diversos níveis de gestão, quanto para a implantação desses campos do conhecimento nas universidades brasileiras.

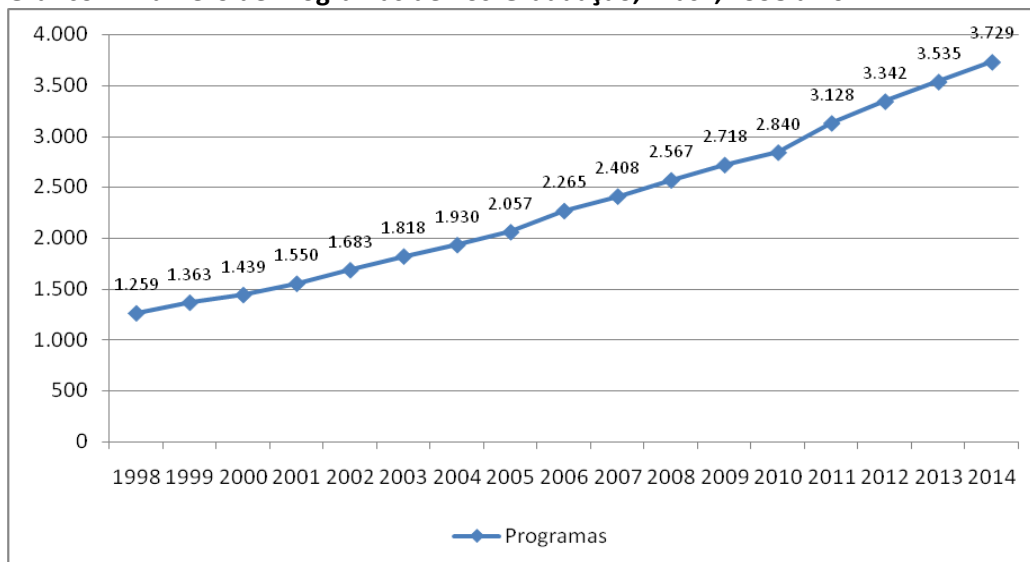
Na subárea Planejamento Urbano e Regional não foram abertos cursos novos durante a década de 1980. Naquele período a Área estava ainda junto com os cursos em arquitetura e urbanismo na CAPES. Nesta década foi apenas credenciado um Programa com mestrado e doutorado em Demografia. No mesmo período foi encerrado o curso da Universidade de Brasília e o de São Paulo permaneceu vinculado à Área de “Arquitetura, Urbanismo e Design” após a separação entre “Planejamento” e “Arquitetura e Urbanismo” como duas Áreas na CAPES.

Durante a década de 1990, houve um aumento pouco significativo para seis Programas (com sete cursos) em Planejamento Urbano e Regional; em que se inclui o credenciamento de dois cursos de doutorado (IPPUR-UFRJ, MDU/UFPE). Na subárea Demografia foram criados um doutorado e um mestrado em Demografia.

Em 2001 foi criado o primeiro Programa de Mestrado Profissional da Área PLURD, na UCAM da Cidade de Campos dos Goytacazes (RJ). Atualmente são 9 Programas na Área, com crescente capacidade de formação de quadros profissionais.

Durante a primeira década do século XXI, houve um expressivo crescimento da pós-graduação no Brasil, o que pode ser visualizado no Gráfico 1. Durante o período de 1998 a 2014 a taxa geométrica de crescimento do número de Programas de Pós-Graduação foi de 7,0% ao ano. O número total de Programas de Pós-Graduação passou de 1.259 em 1998 para 3.729 em 2014. Esse número é superior a 4 mil Programas de pós-graduação no ano de 2016.

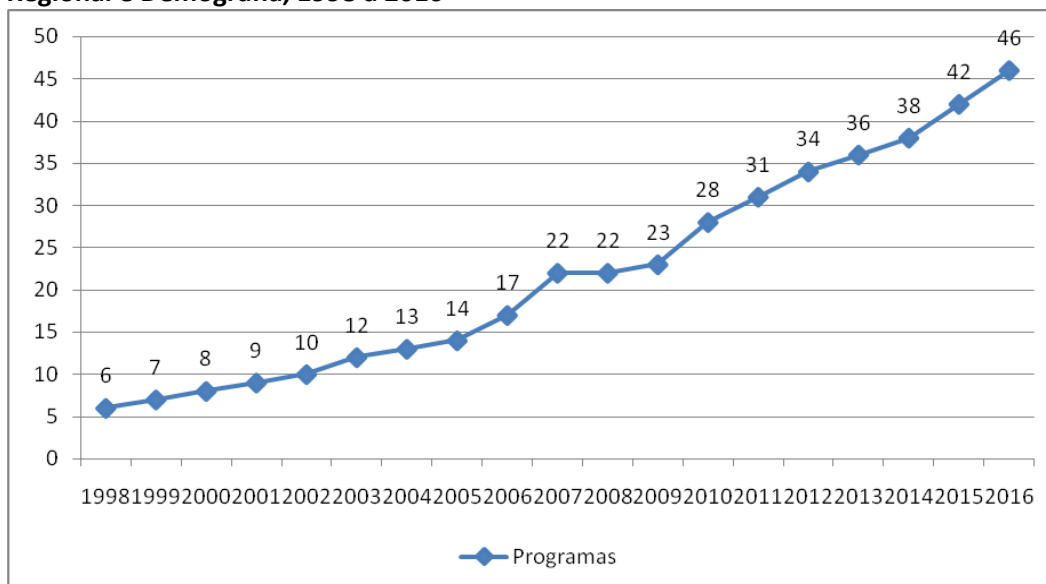
Gráfico 1. Número de Programas de Pós-Graduação, Brasil, 1998 a 2014



Fonte: Geocapes.

Na Área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia o crescimento também foi muito acentuado, conforme pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2. Número de Programas de Pós-Graduação da Área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia, 1998 a 2016

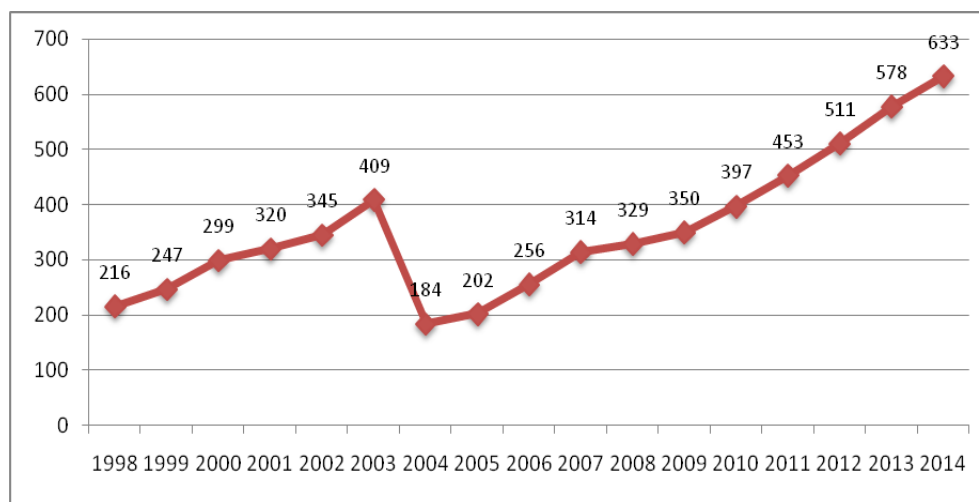


Fonte: Geocapes.

O número de Programas de Pós-Graduação da Área PLURD passou de 6 para 47 Programas no período entre 1998 e 2016, o que significou uma taxa de crescimento geométrico da ordem de 12% ao ano. Ou seja, a expansão do número de Programas da Área foi mais rápida do que a expansão do conjunto da Pós-Graduação no país.

Essa expansão significou também a necessidade de incorporação de um número importante de docentes no sistema de pós-graduação. O número de docentes cadastrados nos Programas da Área PLURD passou de 216 docentes em 1998 para mais de 600 docentes em 2014, como detalhado no Gráfico 3. Parte significativa desses docentes foi formada dentro dos próprios Programas da Área, que com isso está cumprindo com um de seus objetivos básicos que é a formação e qualificação de docentes para o sistema universitário. Em 2003 houve uma redefinição sobre os tipos de inserção dos docentes nos Programas de Pós-graduação, o que explica a oscilação destacada no Gráfico 3.

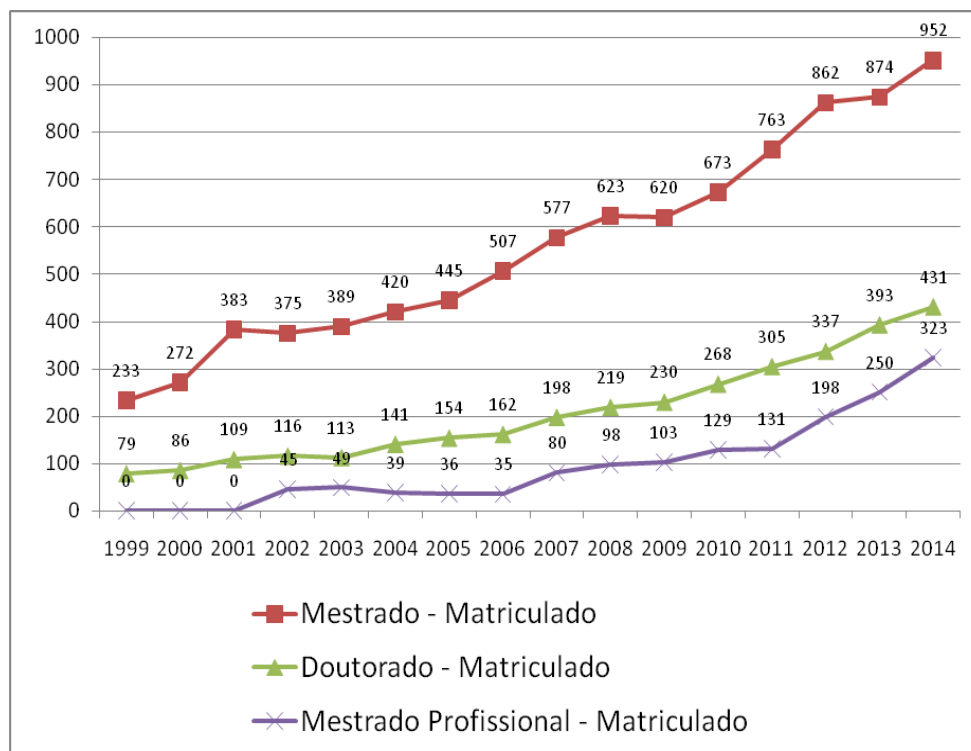
Gráfico 3. Evolução do número de Docentes da Área PLURD (1998 a 2014)



Fonte: Geocapes.

O número de discentes matriculados também cresceu de maneira acelerada, o que é esperado, tendo em vista que o objetivo principal dos Programas de Pós-Graduação é a formação de profissionais com qualidade, para atuar nas diversas atividades do mercado de trabalho. Nesse sentido, destaca-se que o número de discentes matriculados nos cursos de mestrado passou de 233 no ano de 1999 para 952 discentes em 2014. O número de doutorandos passou de 79 para 431 no período. Os mestrados profissionais tinham 45 matriculados em 2002, e chegaram a 323 em 2014. Essa evolução pode ser visualizada no Gráfico 4.

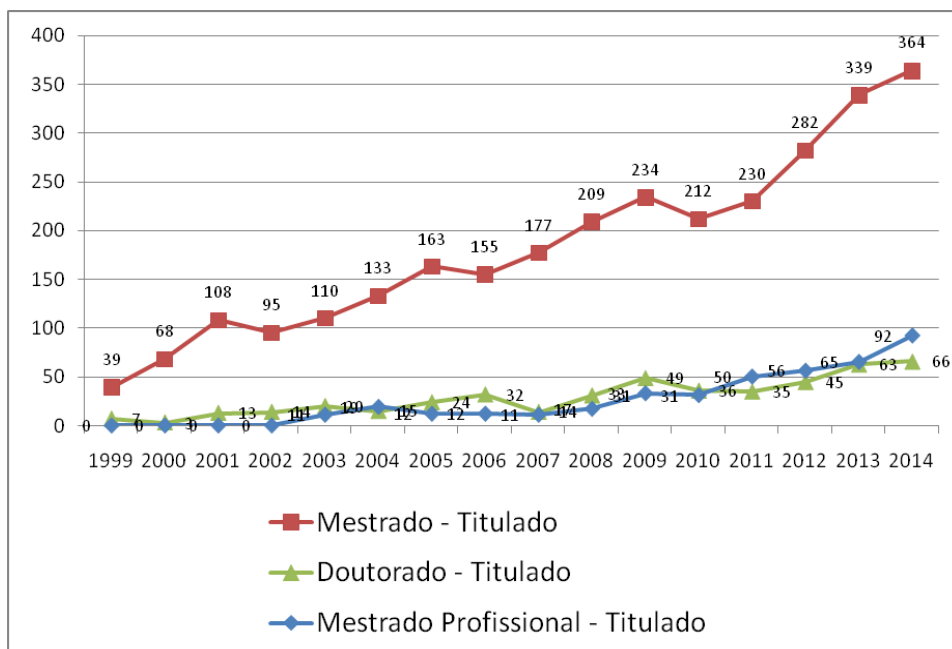
Gráfico 4. Discentes Matriculados, Área PLURD (1999 a 2014)



Fonte: Geocapes.

Os números mais significativos são os que mostram os titulados, aqueles que passaram pelos Programas de Pós-Graduação e concluíram efetivamente as suas dissertações e teses. A evolução da capacidade da Área na formação de quadros fica evidenciada considerando-se que em 1999 foram titulados 37 mestres e 7 doutores, sendo que em 2014 esse número passou para 364 mestres e 66 doutores, enquanto o número de formados nos mestrados profissionais chegou a 92. Os detalhes desse processo podem ser visualizados no Gráfico 5.

Gráfico 5. Discentes Titulados, Área PLURD (1999 a 2014)



Fonte: Geocapes.

Apesar do significativo aumento do número de Programas e da expansão territorial ocorrida no período recente, os Programas da Área ainda estão concentrados nas regiões Sul e Sudeste do país, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1. Número de Programas de Pós-Graduação da Área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia por região e por nota dos Programas Acadêmicos e Profissionais

Regiões	Notas dos Cursos Acadêmicos					Notas dos Mestrados Profissionais		Número total de Programas
	3	4	5	6	7	3	4	
Norte	3	1	.	.	.	1	.	5
Nordeste	5	2	1	.	.	1	.	9
Sudeste	5	4	.	2	1	2	1	15
Sul	5	2	4	1	.	2	1	15
Centro-Oeste	2	1	.	3
Total	20	9	5	3	1	7	2	47

Fonte: Plataforma Sucupira

Em dez Unidades da Federação ainda não existem cursos da Área PLURD, o que faz pensar na necessidade de uma ação de indução, principalmente no sentido de apoiar a criação de Programas nas regiões Centro-Oeste e Norte do país.

Destaca-se que do conjunto de Programas da Área existem 18 Programas que possuem cursos de doutorado. A Área possui também 20 Programas com mestrado acadêmico com nota 3, sendo que 3 desses Programas já obtiveram nota 3 em 3 avaliações consecutivas, o que configura uma situação de preocupação em termos de necessidade de qualificação desses Programas ao longo do tempo, o que tem exigido um acompanhamento da Coordenação da Área ao longo desse período de avaliação.

Em síntese, os dois aspectos que merecem uma atenção maior, e que foram alvos de ação da Coordenação da Área ao longo do período foram: a necessidade de cobertura maior do território nacional pelos Programas da Área e a qualificação dos Programas nota 3, o que vai viabilizar também o aumento do número de cursos de doutorado.

Interdisciplinaridade

A questão da interdisciplinaridade é um tema de extrema importância para a Área PLURD. Principalmente por conta de que não existem formações em nível de cursos de graduação para "Planejamento Urbano", "Desenvolvimento Regional" ou "Demografia". Por conta disso, os Programas da Área recebem discentes com diferentes formações, o que exige logo de saída a necessidade de diálogo multidisciplinar, considerando-se também que o corpo docente dos Programas possui formação disciplinar variada. Por considerar importante a necessidade de avançar na construção de um conhecimento interdisciplinar, a seguir estão resumidas algumas perspectivas de abordagem sobre esse tema complexo.

Identifica-se na bibliografia sobre o tema "Interdisciplinaridade" que não há consenso sobre seu significado. Ao contrário, como apontam alguns autores, o termo é objeto de constantes controvérsias.

De maneira geral, pode-se afirmar que existem duas vertentes diferentes de compreensão da interdisciplinaridade.

A primeira vertente de interpretação sobre o que vem a ser a interdisciplinaridade é composta por duas expressões: por um lado, a interdisciplinaridade é entendida como diálogo entre disciplinas científicas com a finalidade de aprofundar e ampliar os conhecimentos disciplinares de objetos; por outro lado, assinala-se que a realização de pesquisa interdisciplinar é definida a partir de um campo da pesquisa temática que se opõe a assimilações progressivas de diferentes disciplinas. Neste caso, se reconhece a especificidade disciplinar, mas adota-se uma espécie de colaboração deliberada entre os saberes disciplinares, sobre temas previamente definidos. Em princípio, esse posicionamento – com suas duas expressões – é vinculado a uma perspectiva

idealista, vinculada à filosofia do sujeito e é o hegemônico nos debates sobre esse conceito, consagrado pelo Congresso de Nice, na França, em 1969.

A segunda vertente parte do pressuposto que a interdisciplinaridade não pode ser concebida sem levar em conta as condições sociais e materiais de uma determinada época, em particular do modo de produção vigente. A interdisciplinaridade como produto histórico precisa ser compreendida dentro exatamente do contexto e das determinações históricas. Esse contexto leva à construção histórica e social de objetos por meio de uma tensão entre os sujeitos pensantes e os condicionamentos que influem nesse pensamento (sua “materialidade”).

Ou seja, o que está em pauta, na discussão sobre a interdisciplinaridade, não é meramente o método e a possibilidade de superar através dele a fragmentação e a especialização da Ciência. Nesse sentido, é necessário problematizar a relação entre objeto e sujeito e abandonar separações dicotômicas entre os dois. Se nem sujeito, nem objeto são autônomos, apenas uma concepção histórica do pensamento e de seu “movimento” será capaz de dar conta da relação entre os dois.

Esses breves apontamentos a respeito de uma disputa simbólica sobre a interdisciplinaridade servem aqui como pequena contextualização e indício de múltiplas compreensões deste termo. Essas diferentes compreensões encontram-se presentes na própria Área e são importantes para compreender porque a interdisciplinaridade para a Área não se constitui uma mera “realidade” – apesar de todas as articulações que possam existir entre saberes disciplinares -, mas muito mais um problema e um desafio. Há essas diferenças de entendimento entre os Programas em geral como também, especialmente, entre as duas subáreas Planejamento Urbano e Regional, por um lado, e Demografia, por outro.

Por isto foi necessário, apresentar aqui, ainda que brevemente, as mencionadas diferenças epistemológicas entre essas duas perspectivas que se expressam na história, nos objetos, nos protagonistas, nas problematizações e na visão do próprio mundo (relação sujeito-objeto) dos Programas e das subáreas como descrito a seguir.

No caso da subárea de Planejamento Urbano e Regional, se percebe claramente que a interdisciplinaridade praticada pelos Programas da Área será mais facilmente compreendida a partir de uma percepção de sua construção histórica do que a partir da perspectiva da filosofia do sujeito.

A história da formação da Área mostra que suas características são influenciadas pelos processos históricos das transformações da sociedade brasileira que se expressam mais na prática da criação e funcionamento dos Cursos e Programas e não numa adesão explícita a qualquer um dos dois apontados posicionamentos epistemológicos. Assim, essas mudanças servem como referência para entender porque em determinados momentos as propostas de cursos são encaminhadas; propostas que não são meramente a expressão de uma necessidade (um tanto abstrata) de avançar no diálogo entre disciplinas, mas onde se identifica claramente uma relação entre os “objetos” (e objetivos) com os “sujeitos” proponentes (protagonistas) das

propostas. E, neste sentido, a interdisciplinaridade não aparece como resultado de uma reflexão explícita da Área, mas da mera prática daqueles que a formulam, até mais implicitamente, ao propor cursos de pós-graduação. Assim, a “interdisciplinaridade em Planejamento e Demografia” parece estar mais próxima a uma visão histórica/dialética do que à filosofia do sujeito.

Por causa disto, a própria história da construção e trajetória da Área, apresentada anteriormente, explicita o próprio caráter de interdisciplinaridade. E se entende melhor porque e em que medida a nova composição com Programas voltados para o planejamento urbano (e metropolitano) e para o desenvolvimento (e gestão) regional representa um enorme desafio de reflexão para a Área. Esse desafio não se origina apenas na diversificação de temáticas e problemáticas articuladas, mas assume uma nova qualidade na medida em que os cursos da Área se advogam a adotar abordagens interdisciplinares nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em relação às articulações entre diferentes disciplinas que aparecem nas práticas de ensino e de pesquisa desses cursos em planejamento urbano e regional, observam-se, na prática, três formas mais típicas de interlocução entre o planejamento urbano e regional e áreas mais próximas. São articulações, tendencialmente, com (i) Arquitetura, Urbanismo, Sociologia, História, Ciência Política e outras disciplinas das humanidades nos cursos mais voltados às realidades metropolitanas; (ii) com Economia, Administração Empresarial, Geografia e mesmo Ciências Agrárias, da Saúde e outras nos cursos com uma orientação mais regional; ou (iii) nas questões de gestão e análise ambiental, a colaboração com as Geociências é importante e deve ser destacada.

Em síntese, a compreensão de uma “interdisciplinaridade própria” da subárea Planejamento Urbano e Regional estaria baseada, por um lado, na aceitação de uma variedade de abordagens metodológicas “interdisciplinares” que estão relacionadas aos diversos objetos trabalhados nos Programas. Mas, por outro lado, essa interdisciplinaridade não se origina numa procura explícita de ultrapassar e superar métodos disciplinares, mas é o resultado de um processo mútuo e interativo entre a procura e identificação de objetos e a própria constituição dos protagonistas. A articulação com métodos e técnicas vai mostrando, na prática e na sua apropriação em ensino e pesquisa, o potencial para dar conta da produção de conhecimento a respeito das questões que movem um curso. É isto que, talvez, possa ser chamada de uma abordagem interdisciplinar e, ao mesmo tempo, “focada” na medida em que é na constituição e transformação dos Programas que se articulam metodologias a partir e em torno de temas e questões, de campos complexos inclusive de intervenção na realidade, de objetos e de sujeitos produtores de “espaços sociais”.

A outra subárea da nossa Área, a Demografia, posiciona-se em relação à interdisciplinaridade mais a partir de uma perspectiva da filosofia de subjetividade na medida em que reconhece sua interdisciplinaridade nos próprios objetos de seu trabalho. Como no caso das experiências internacionais, a Demografia realizada no Brasil tem diálogos intensos com grande variedade de

disciplinas. Estes diálogos variam de intensidade de acordo com a instituição em que estão sediados os centros ou departamentos que congregam os demógrafos, podendo estar mais próximos da Economia, das Ciências Sociais, das Ciências da Saúde ou da Estatística. Está no início da questão da sua institucionalização como disciplina científica autônoma a definição da Demografia como o estudo do tamanho, distribuição territorial e composição da população, suas mudanças e os componentes dessas mudanças.

Essa definição evidencia a diversidade dos aspectos da realidade social aos quais a Demografia se dedica, e que estão expressos na própria definição da dinâmica demográfica, que incorpora como seus elementos básicos constitutivos a natalidade, a mortalidade e a migração. Decorre daí que a Demografia recorre principalmente à Biologia e Sociologia para estudos sobre fecundidade; Economia e Geografia para estudos sobre migração e mobilidade espacial da população; e às Ciências de Saúde para análises da mortalidade.

Ou seja, a partir da própria compreensão do seu objeto de estudos, a Demografia se entende como caracteristicamente interdisciplinar. Nesse sentido entende-se melhor a formação do demógrafo, que acontece especificamente na pós-graduação, quando o candidato já tem uma formação disciplinar.

Esta especificidade da Demografia faz com que incorpore diálogos permanentes com outras disciplinas, embora tenha o seu cerne específico, que envolve o conhecimento técnico e analítico relativo aos estudos sobre os componentes da dinâmica demográfica e suas interrelações, assim como as relações desses componentes da dinâmica demográfica com as diversas facetas da realidade social. Essa característica faz com que, por exemplo, estudos sobre família, gênero e etnias façam parte do seu âmbito disciplinar, além das outras abordagens já citadas.

A Área, em sua composição nas duas subáreas abordadas, entende o conjunto desses Programas e cursos como um fórum privilegiado não apenas para ser “objeto” de instrumentos de avaliação – e assim fortalecimento mútuo do avanço da Área -, mas também enquanto uma oportunidade de estimular e apoiar debates acadêmicos a respeito da compreensão da relação e articulação entre os três campos principais da composição da Área, o Planejamento Urbano, o Desenvolvimento Regional e a Demografia, e suas interlocuções com outras áreas disciplinares.

Inserção/Incidência no Ensino Médio e Fundamental

A atual configuração da Área Planejamento Urbano e Regional e Demografia, em que seus Programas de Pós-Graduação refletem estruturas a partir de demandas locais e regionais, está articulada em torno de áreas de concentração voltadas às temáticas do planejamento urbano e regional, gestão e desenvolvimento regional e demografia, com caráter que varia entre os Programas como inter, multi ou transdisciplinar.

Uma característica especial e benéfica da grande maioria dos cursos da Área PLURD criados após o ano 2000, é que estão localizados nas porções mais interioranas do país. Esta característica força a aproximação com as diferentes realidades existentes no país, que vão além do contexto urbano-metropolitano nos quais estão inseridos os Programas mais antigos, que originaram a Área.

As questões relativas à educação em sentido mais amplo têm sido tratadas nos Programas a partir de pesquisas sobre temas educacionais articulados às perspectivas científicas, culturais, sociais ou econômicas (arranjos produtivos locais) com formação de educadores dos sistemas públicos federais, estaduais e municipais de ensino e também de instituições privadas. Estes Programas fomentam a integração dos diferentes níveis de ensino, seja pela capacitação dos profissionais da educação nas questões de planejamento e gestão, seja pela escolha do foco de análise, que usufrui dos resultados destas interações.

Os Programas da Área têm como principal objetivo a capacitação de recursos humanos, que na modalidade acadêmica têm foco na formação de profissionais pesquisadores para atuar principalmente como docentes de nível superior. Mas a realidade aponta que também são capacitados quadros para atuar na escola básica, ensino médio e fundamental. Na modalidade profissional são realizadas pesquisas com foco em problemas específicos, estabelecidos pelas demandas produtivas e sociais, sejam regionais ou locais, em consonância com o desenvolvimento que garanta a inclusão das questões sociais. Assim, muitos dos Programas de mestrado profissional da Área PLURD, com linhas de pesquisa em gestão e desenvolvimento social, tem se voltado às pesquisas educacionais, formando pesquisadores que atuam como educadores em diversas instituições de ensino básico e superior, reforçando, através da pesquisa realizada, a integração dos diferentes níveis de educação, trazendo benefícios diretos àquelas realidades pesquisadas.

Materiais didáticos também têm sido produzidos com frequência, principalmente como subprodutos das dissertações e teses defendidas, frutos de diagnósticos das realidades rurais e urbanas pesquisadas e vivenciadas. Esses materiais constituem ricas fontes de informações, sejam na forma de atlas com espacialização dos dados, livros, cartilhas e outras formas de divulgação. Uma possibilidade que foi identificada na Área PLURD é que esses materiais podem vir a ser adaptados de para subsidiar as aulas do ensino médio e fundamental, de maneira a melhorar e qualificar a informação transmitida pelos docentes desses níveis educacionais. Essa é uma linha a ser desenvolvida nos próximos anos.

A Área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia tem potencial para contribuir e avançar no enfrentamento dos grandes desafios colocados para a educação, apontados pelo Plano Nacional de Pós- Graduação 2011 a 2020, seja na organização da reflexão sobre a inclusão digital dos alunos, seja na aproximação e atuação efetiva no espaço escolar de ensino fundamental e médio. Também existe a possibilidade de contribuir para a educação em escolas rurais e de agricultura familiar, na promoção da saúde e alimentação saudável, com ações de

incentivo à educação especial, e em abordagens relativas à inserção social, diversidade de gênero e culturas afro e indígena.

Ainda se constitui em desafios para a Área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia, a integração mais direta no mundo escolar, com atividades que poderiam ser desenvolvidas, como por exemplo: promoção de feiras de ciências, oficinas, visitas a laboratórios de pesquisas e museus, desenvolvimento de programas de iniciação científica junior.

II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017

a. Descrição e orientações sobre a avaliação

A Ficha de Avaliação a ser usada na avaliação do Quadriênio 2013-2016 preserva a mesma estrutura de cinco principais quesitos da Ficha de Avaliação do triênio anterior. Cada quesito tem entre 3 a 5 itens de avaliação, sendo que cada item recebe um conceito que pode variar entre Muito Bom, Bom, Regular, Fraco ou Insuficiente. As mudanças referentes aos itens no interior de cada quesito incluem reformulações e consolidação de itens existentes na versão anterior da Ficha, com poucas alterações e adequações, consideradas importantes a partir da experiência anterior. Tendo em vista a instabilidade institucional do período, principalmente por conta do contexto político e econômico do país, que se reflete em maior ou menor grau nos Programas de Pós-graduação, optou-se por manter e consolidar a Ficha de Avaliação utilizada no período anterior.

Dentro de margens definidas pelo Conselho Técnico-Científico do Ensino Superior da CAPES (CTC-ES/CAPES), para a atribuição de pesos tanto para os quatro quesitos como para os itens houve a possibilidade para cada Área de estabelecer os valores conforme sua especificidade. A determinação dos pesos e da inclusão do item 2.5 no quesito referente ao Corpo Docente na Ficha da Área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia é resultado de ampla discussão e deliberações realizadas em diferentes reuniões do CTC-ES/CAPES nos anos recentes.

A geração do conceito para cada quesito é indicada a partir dos conceitos atribuídos aos itens que o compõem. A geração da nota final do Programa será calculada a partir da contribuição de cada item conforme seu peso e conceito específico a ele atribuído.

Nas discussões e decisões sobre a definição dos pesos na Ficha de Avaliação e, posteriormente, na definição de indicadores qualitativos para cada item foi considerado que a formação oferecida nos Programas de Pós-Graduação deve ser avaliada a partir de eixos determinados:

a) Ensino, o que requer foco para articulação entre proposta, áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos; composição do corpo docente e maturidade acadêmico-científica; estrutura

curricular, disciplinas oferecidas (inclusive conteúdo ministrado e bibliografia de referência e complementar);

b) Produção e divulgação de conhecimento, cujo foco reside nos projetos de pesquisa, no fluxo de dissertações e teses, na produção bibliográfica de docentes e discentes;

c) Extensão, representada, sobretudo, por intercâmbios interinstitucionais de docência e pesquisa além da tradução de resultados de projetos em planos e programas de intervenção em problemas sociais determinados ou participação na formulação de políticas públicas.

b. Considerações e propostas advindas do SEMINÁRIO DE ACOMPANHAMENTO

A reunião intermediária realizada durante o ano de 2015 foi um momento muito importante para a os Programas da Área PLURD. Foram discutidos diversos pontos e sanadas dúvidas dos Coordenadores de Programas. Também foram realizados acordos importantes, principalmente na linha da necessidade de consolidar os instrumentos de avaliação da Área no quadriênio, sem realizar grandes mudanças estruturais em relação aos documentos do período anterior. Essa perspectiva foi apontada como importante principalmente tendo em vista o expressivo aumento do número de Programas de Pós-graduação na Área durante a década recente. Os Programas tiveram a oportunidade de apresentar as suas características para o conjunto, o que também foi avaliado como bastante produtivo. A Ficha de Avaliação foi apresentada e discutida, o que serviu para dirimir dúvidas e criar consensos sobre os pesos dos quesitos da avaliação.

No encontro ficou evidenciada a importância de realizar reuniões periódicas sistemáticas com todos os Coordenadores, para fazer com que eles tenham os instrumentos necessários para agir em cada Programa. Essas reuniões devem servir também para criar conhecimento entre os Coordenadores, de maneira que se possa criar a possibilidade de ações (de ensino, pesquisa e extensão) que venham a se refletir na melhoria geral dos indicadores, principalmente dos Programas que estão mais distantes do eixo Sul-Sudeste. Nesse sentido foi realizada, ao longo do mês de maio de 2016, uma semana de reuniões por teleconferência, da qual grande parte dos coordenadores de Programa teve a oportunidade de participar.

Outra proposta foi de incentivar a participação dos docentes e discentes dos Programas nos encontros de associações científicas de diferentes áreas do conhecimento que sejam conexas à Área PLURD. E aproveitar essas reuniões para realizar encontros da Coordenação da Área com os Coordenadores dos Programas de Pós-graduação. Durante os anos de 2015-2016 foi possível realizar vários desses encontros: na ANPUR; no SEPEPUR; no SEDRES; na ABEP. E também ocorreram encontros com os Coordenadores de Programas em outros seminários realizados em diversas partes do país, que contaram com

a presença de pelo menos um dos membros da Coordenação da Área. Esse contato revelou-se bastante produtivo na construção de uma perspectiva mais clara sobre todo o processo de avaliação da Área.

Os mestrados profissionais realizaram também reuniões específicas no período, que foram acompanhadas de perto pela Coordenação da Área.

III. FICHAS DE AVALIAÇÃO PARA O QUADRIÊNIO 2013-2016

MESTRADO ACADÊMICO E DOUTORADO

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o/s Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	50%	<p>Neste item serão considerados os aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Objetivos precisos do curso e perfil acadêmico pretendido, coerente com a formação proporcionada; - Articulação entre objetivos, área(s) de concentração e estrutura curricular; - Clareza e precisão das linhas de pesquisa formuladas, seu ajuste à(s) área(s) de concentração bem como aos campos de especialização do corpo docente e explicitação da relação com seus respectivos projetos de pesquisa em andamento; - Adequação da estrutura curricular à(s) área(s) de concentração e, eventualmente, às linhas de pesquisa bem como ao perfil do corpo docente; distribuição das disciplinas obrigatórias e eletivas (quando há essa distinção); disciplinas dedicadas à fundamentação teórica e ao ensino de metodologia e técnicas de investigação científica; seminários de projetos, de pesquisa e temáticos. - Proposta curricular capaz de proporcionar formação teórica e metodológica que contemple: bibliografia de referência (clássica e contemporânea, nacional e estrangeira) adequada à(s) área(s) de concentração e às linhas de pesquisa; ensino de métodos e técnicas de pesquisa e

		<p>de tratamento analítico de dados; articulação lógica entre conceitos e fundamentação empírica; redação clara e observância das convenções acadêmicas;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compatibilidade da produção acadêmica com a(s) área(s) de concentração e as linhas de pesquisa; - Histórico de constituição do grupo e informação a respeito de possíveis modificações, ocorridas no quadriênio, das áreas de concentração, das linhas de pesquisa, dos projetos de pesquisa, da estrutura curricular do curso, da mudança de créditos etc.
<p>1.2. Planejamento do Programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da Área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da Área.</p>	<p align="center">35%</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação dos desafios do Programa e formulação de metas e propostas para seu enfrentamento, tanto em relação à formação quanto à produção de conhecimentos; - Explicitação do alcance das metas durante o quadriênio; - Envolvimento do Programa em associações e redes nacionais e internacionais, mediante convênios e participação em editais; - Planejamento de publicações e divulgação de conhecimentos em fóruns acadêmicos; - Estabelecimento de procedimentos internos: de auto-avaliação; de critérios para credenciamento/descredenciamento de docentes no Programa e como orientador de mestrado e/ou doutorado; de formas de acompanhamento dos egressos; existência de plano para capacitação docente;
<p>1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.</p>	<p align="center">15%</p>	<p>Existência, adequação e suficiência de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Infraestrutura de apoio administrativo próprio (secretaria), salas para docentes e discentes, auditórios etc.; - Laboratórios com condições para a realização das pesquisas dos docentes e discentes; - Biblioteca adequada e que permita o

		<p>acesso rápido às informações, com ênfase nos periódicos on-line;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recursos de informática disponíveis para discentes e docentes; - Captação de recursos para ações de apoio ao Curso/Programa (apoio institucional e financiamento por parte de órgãos externos);
2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	15%	<p>a) Composição do corpo docente permanente por doutores com formação ou atuação no campo temático do Curso/Programa; adequação das áreas de formação acadêmica dos docentes permanentes à Proposta do Programa (considerando áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos de pesquisa); (Peso 30%)</p> <p>b) Diversificação adequada e não endógena da formação do corpo docente permanente (instituições onde obtiveram doutoramento); (Peso 10%)</p> <p>c) Nível de experiência do corpo docente permanente, inclusive sua projeção nacional e internacional; proporção de doutores com titulação inferior a cinco anos; (Peso 25%)</p> <p>d) Docentes permanentes do Programa como visitantes em outras IES nacionais e internacionais, de consultores técnico-científicos de instituições públicas, privadas e órgãos de fomento; de pareceristas, corpo editorial e editor de periódicos especializados nacionais e internacionais e semelhantes; atração, no caso de Programas com doutorado, de estágios seniores, pós-doutorais ou atividades similares por parte dos docentes do Programa; (Peso 20%)</p> <p>- Capacitação continuada do corpo docente; (Peso 15%)</p> <p>O conceito final do item é atribuído da seguinte maneira: calcula-se o <i>Index</i> = Soma dos subitens pesados; identificação do valor</p>

		do conceito que corresponde a esse <i>Index</i> na tabela de referência.
<p>2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do Programa.</p>	30%	<p>O Programa deve satisfazer as seguintes condições:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) O Programa deve ter no mínimo 8 docentes permanentes (Programas de mestrado) e 10 docentes permanentes (Programas de doutorado); 2) Proporção de docentes do corpo permanente em relação ao corpo docente total do Programa: pelo menos 70% dos docentes do Programa devem integrar o corpo de docentes permanentes; 3) o percentual de docentes permanentes em condições especiais (aposentados e conveniados) não deve ultrapassar 30% em relação ao total de docentes permanentes; 4) Proporção de docentes permanentes que podem participar nessa mesma condição em outros Programas não pode ultrapassar 30%; <p>Caso não atenda a essas condições o conceito do Programa nesse item "Corpo Docente" será baixado em um nível.</p> <p>- Serão considerados na avaliação:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Estabilidade do corpo docente permanente identificando eventuais oscilações em sua composição e nível de qualificação; as oscilações na composição do corpo docente total não devem ser maiores do que 20% de um ano para o outro. (Peso 20%) b) Responsabilidades dos docentes permanentes na oferta de disciplinas; não se admite a responsabilidade por disciplina obrigatória por docente que não seja do corpo docente permanente. (Peso 40%) c) Participação dos docentes do quadro permanente em projetos de pesquisa (Peso

		<p>40%)</p> <p>O conceito final do item é atribuído da seguinte maneira: calcula-se o <i>Index</i> = Soma dos subitens pesados; identificação do valor do conceito que corresponde a esse <i>Index</i> na tabela de referência.</p>
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do Programa.</p>	<p>35%</p>	<p>a) Proporção das atividades de orientações e publicações científicas realizadas pelos docentes permanentes em face dos demais docentes; dinâmica do Programa em relação à dependência da atuação de docentes visitantes e colaboradores; (Peso 15%)</p> <p>b) Proporção de docentes permanentes com publicação científica; (Peso 15%)</p> <p>c) Distribuição da carga letiva entre os docentes permanentes, colaboradores e visitantes do Programa: proporção da carga horária ministrada por ano por docentes permanentes em relação à carga horária oferecida pelo corpo docente; (Peso 25%)</p> <p>d) Média de carga horária em disciplinas oferecida no quadriênio, por docente do corpo docente permanente; (Peso 15%)</p> <p>e) Participação dos 20% dos docentes permanentes com maior carga horária em disciplinas no total da carga horário no período dos docentes permanentes; (Peso 15%)</p> <p>f) Pesquisa em grupo: número de projetos de pesquisa do qual participam mais de um docente do Programa (podendo incluir discentes); ou com docentes e pesquisadores de outras instituições; (Peso 15%)</p> <p>O conceito final do item é atribuído da seguinte maneira: calcula-se o <i>Index</i> = Soma dos subitens pesados; identificação do valor do conceito que corresponde a esse <i>Index</i> na tabela de referência.</p>

<p>2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na Pós-graduação, quanto na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs.: este item só vale quando o Programa de Pós-Graduação estiver ligado a curso de graduação; se não o estiver, seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.</p>	10%	<p>a) Proporção de docentes do Programa com carga didática na graduação ou em cursos de pós-graduação <i>latu senso</i> onde não há graduação; (Peso 50%)</p> <p>b) Proporção de docentes do Programa com responsabilidade na orientação em iniciação científica ou equivalente; valorização da inserção em projetos de iniciação científica e preparo ou formação de futuros ingressantes na Pós-Graduação. (Peso 50%)</p> <p>O conceito final do item é atribuído da seguinte maneira: calcula-se o <i>Index</i> = Soma dos subitens pesados; identificação do valor do conceito que corresponde a esse <i>Index</i> na tabela de referência.</p>
<p>2.5. Proporção do corpo docente com captação de recursos para pesquisa (Agências de Fomento, financiamentos nacionais e internacionais, convênios etc.)</p>	10%	<p>a) Capacidade dos docentes permanentes de captar financiamentos para realização de pesquisa (em agências de fomento nacionais e internacionais): proporção de docentes permanentes que são coordenadores de projetos financiados; (Peso 50%)</p> <p>b) Proporção de docentes permanentes com Bolsa de Pesquisa (CNPq) ou semelhantes (bolsas de pesquisa para docentes das FAPs); (Peso 30%)</p> <p>c) proporção de docentes em coordenação de laboratórios e grupos de pesquisa cadastrados no CNPq. (20%)</p> <p>O conceito final do item é atribuído da seguinte maneira: calcula-se o <i>Index</i> = Soma dos subitens pesados; identificação do valor do conceito que corresponde a esse <i>Index</i> na tabela de referência.</p> <p>Para a construção do conceito final desse quesito também será utilizado a construção</p>

		<p>de um índice:</p> <p>Index = Soma (peso do sub-item em % * pontos da avaliação)</p> <p>Identificação do valor do conceito que corresponde a esse <i>Index</i> na tabela de referência.</p>
3 – Corpo Docente, Teses e Dissertações	35%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo docente.	30%	<p>a) Proporção de orientações em relação ao corpo docente permanente como medida para acompanhar o processo de formação de mestres e doutores antes da defesa das suas teses e dissertações (Peso 10%):</p> <p>b) proporção de teses e dissertações defendidas em relação ao corpo docente permanente (adequar os critérios quantitativos em relação aos novos docentes permanentes – aqueles que atuam há menos de quatro anos no Programa); (Peso 40%)</p> <p>c) proporção de titulações em relação à matrícula nova do respectivo ano de alunos de mestrado e doutorado, nos casos pertinentes. Será avaliado o percentual de titulados no ano-base em relação ao número de alunos com primeira matrícula deste ano, considerando-se conjuntamente Mestrado e Doutorado. (Peso 50%)</p> <p>O conceito final do item é atribuído da seguinte maneira: calcula-se o <i>Index</i> = Soma dos subitens pesados; identificação do valor do conceito que corresponde a esse <i>Index</i> na tabela de referência.</p>
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do Programa.	30%	<p>a) Distribuição de orientações de dissertações e teses em andamento entre os docentes permanentes: Considerar a porcentagem de orientações na Pós-graduação pelos 20% de docentes (do total de docentes) com maior</p>

		<p>número de orientandos. (Peso 20%)</p> <p>b) Distribuição de dissertações e teses defendidas entre o total de docentes permanentes: Considerar a porcentagem de defesas na Pós-graduação pelos 20% de docentes (do total de docentes) com maior número de dissertações e teses defendidas. (Peso 60%)</p> <p>c) Proporção de docentes permanentes cujos orientandos defenderam dissertações e teses em relação à dimensão do corpo docente permanente: usar a porcentagem de orientadores do corpo docente permanente de mestrado e de doutorado (em conjunto) em relação ao total dos docentes permanentes. (Peso 20%)</p> <p>O conceito final do item é atribuído da seguinte maneira: calcula-se o <i>Index</i> = Soma dos subitens pesados; identificação do valor do conceito que corresponde a esse <i>Index</i> na tabela de referência.</p>
<p>3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na Área) na produção científica do Programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à Área.</p>	<p>35 %</p>	<p>a) proporção entre número de discentes-autores com o número de discentes matriculados (por ano); é definido através da relação entre o número de discentes-autores (incluindo co- autoria com docentes) do Programa e o número de discentes no início do ano-base. Entende-se por discente-autor aquele que tenha produção científica além de sua tese ou dissertação. (Peso 60%)</p> <p>b) Proporção de egressos-autores em relação ao número total dos alunos titulados no respectivo ano (é uma <i>proxy</i> para as titulações dos últimos quatro anos); não haverá diferenciação entre mestrado e doutorado para Programas que possuem esses dois níveis de formação. (Peso 40%)</p>

		O conceito final do item é atribuído da seguinte maneira: calcula-se o <i>Index</i> = Soma dos subitens pesados; identificação do valor do conceito que corresponde a esse <i>Index</i> na tabela de referência.
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	5%	<ul style="list-style-type: none"> - tempo mediano de titulação de bolsistas e não bolsistas em nível de mestrado e do doutorado; (Peso 40%) - fluxo de entrada e saída dos alunos no Programa; (Peso 40%) - realização de estágios fora do Programa através de bolsas de doutorado sanduíche ou formas semelhantes; (Peso 20%)
4 – Produção Intelectual	35%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	50%	<p>Para avaliar a qualidade da produção intelectual do Programa serão considerados aqueles trabalhos de seus docentes permanentes que foram publicados na forma de artigos em periódicos, de livros, capítulos de livros qualificados e de trabalhos completos em anais segundo o respectivo Qualis Periódicos e demais formas de classificação da Área (livros e eventos/anais).</p> <p>Cada produto será contabilizado apenas uma vez, ou seja, os trabalhos elaborados em coautoria por mais de um docente permanente do Programa contribuem para a apreciação da qualidade apenas uma vez.</p> <p>A avaliação da qualidade da produção intelectual será realizada em três fases diferentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> I) a avaliação dos artigos publicados em periódicos; II) a avaliação dos livros e capítulos de livros publicados por docentes permanentes do Programa; III) a avaliação dos trabalhos completos em Anais; <p>O resultado da atribuição de conceitos aos três tipos da divulgação da produção bibliográfica dos Programas resulta na</p>

	<p>seguinte distribuição entre eles:</p> <p>I. Produção bibliográfica em PERIÓDICOS: Para chegar ao conceito do Programa em relação à sua produção publicada em periódicos o processo será realizado em duas fases:</p> <p>a) Média de pontos obtidos por docente permanente no triênio:</p> <p>Os estratos para atribuição de conceitos aos Programas serão obtidos a partir de cálculo da pontuação média trienal per capita dos docentes do respectivo Programa. A pontuação da produção ocorrerá através da valoração dos artigos a partir da definição dos estratos pelo Qualis da Área, atribuindo os valores: artigo publicado em periódico qualificado como A1, valor 1,0; artigo publicado em periódico A2, valor 0,85; artigo publicado em periódico B1, valor 0,70; B2, valor 0,55; B3, valor 0,40; B4, valor 0,25; B5, valor 0,10; C, zero.</p> <p>b) Avaliação da produção em artigos de periódicos classificados nos estratos A1, A2 e B1</p> <p>No segundo momento serão considerados os Programas com uma pontuação mínima de 20 pontos o que é condição para poder fazer uma avaliação própria do seu desempenho em relação aos estratos mais altos do QUALIS A1, A2 e B1. Calculando para este grupo de Programas sua pontuação nesses três estratos e relacionando esses pontos com os pontos obtidos por todos os docentes do Programa obtêm-se uma medida da qualidade da produção publicada em periódicos.</p> <p>II. Produção bibliográfica na forma de livros e capítulos de livros Todos os livros com contribuições de</p>
--	--

		<p>docentes permanentes dos Programas da Área serão classificados e ganharão pontos conforme estrato e tipo de autoria, conforme descrito no documento específico da Área. Serão atribuídos os seguintes valores aos estratos de qualificação dos livros: L4 valerá 1,00 pontos; L3 valerá 0,75 pontos; L2 valerá 0,50 pontos; L1 valerá 0,25 pontos e NL valerá 0 ponto.</p> <p>III. Produção de trabalhos completos publicados em Anais de Eventos Científicos</p> <p>Produção dos Programas divulgadas através de Anais de Anais de Eventos no período quadrienal, pontuados de acordo com os seguintes estratos: estrato E4 recebe 1 ponto; em E3 recebe 0,75 ponto; em E2 0,5 ponto; E1 0,25 ponto.</p> <p>IV. <i>Articulação entre os três tipos de produção bibliográfica</i> e definição da qualidade total a partir dos diferentes veículos de sua divulgação;</p> <p>Não há equivalência entre as produções científicas. Mantendo o estabelecido no período avaliativo anterior a produção em artigos publicados em periódicos terá a preponderância, no sentido de que não haverá diminuição de pontos dos Programas que não apresentarem publicações em livros ou anais de eventos científicos.</p>
<p>4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.</p>	<p style="text-align: center;">40%</p>	<p>- Acúmulo dos desvios da qualidade da publicação de cada docente permanente da qualidade média de todos os docentes permanentes do Programa (índice de dissimilaridade);</p>

		<ul style="list-style-type: none"> - Na análise da distribuição da produção será contabilizada a produção qualificada de cada docente permanente, sem descontar os artigos, livros, capítulos de livros e trabalhos completos em anais desenvolvidos em co-autoria com outros docentes do Programa.
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	10%	<ul style="list-style-type: none"> - Média, por docente, das produções técnicas do corpo docente permanente do Programa considerando obras integrais, capítulos, coletâneas e outros trabalhos de caráter técnico elaborados para agências internacionais, instituições nacionais, estaduais e municipais relacionadas com a formulação, implementação e avaliação de políticas; relatórios de pesquisa e de consultoria e congêneres desde que tenham sido publicadas em meio impresso ou eletrônico. - Proporção de docentes do quadro permanente com produção técnica no período, segundo modalidade de publicação; - Grau de concentração (baixo, médio, ou elevado) da produção técnica qualificada por docente do quadro permanente;
5 – Inserção Social	10%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do Programa.	45%	<p>Inserção Social: formação de recursos humanos qualificados para a administração pública ou para instituições da sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução das desigualdades sociais, ou para a formação de um público que faça uso adequado dos recursos da ciência e do conhecimento;</p> <p>Inserção Tecnológico/econômico: contribuição para o desenvolvimento micro-regional, regional e/ou nacional destacando os avanços produtivos gerados; disseminação de técnicas e conhecimentos; organização e promoção de eventos científico-tecnológicos;</p> <p>Outras formas de inserção: A Área poderá considerar outros tipos de impacto (por</p>

		<p>exemplo: educacionais) na medida em que se alterar o perfil dos Programas recomendados. Poderão ser considerados os seguintes indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Número e tipo de intercâmbios firmados para realização de cursos de extensão universitária; - Número de cursos de extensão proporcionados pelo Programa; - Existência de iniciativas de transferência de conhecimento e de técnicas para públicos não acadêmicos; - Alunos matriculados originários do setor público e/ou organizações da sociedade civil e/ou de instituições de ensino e pesquisa e/ou da rede pública de ensino fundamental ou médio; - Alunos titulados no período-base empregados no setor público e/ou organizações da sociedade civil e/ou de instituições de ensino e pesquisa e/ou da rede pública de ensino fundamental ou médio; organizações de fomento e desenvolvimento etc. - Prêmios recebidos pelo corpo docente e discente do Programa;
<p>5.2. Integração e cooperação com outros Programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da Pós-graduação.</p>	<p>40%</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Participação em Programas de cooperação, intercâmbio sistemáticos e redes nacionais e internacionais; - Participação em projetos de cooperação entre Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da pós-graduação em regiões ou sub-regiões geográficas menos aquinhoadas (atuação de professores visitantes; participação em programas como Dinter/Minter e similares). - Participações especiais do corpo docente em órgãos oficiais (CAPES, CNPq, FAPs, conselhos governamentais etc.); - Participação do corpo docente como: (a) editores de periódicos qualificados da Área;

		<p>(b) consultores ad-hoc de periódicos internacionais; (c) organizadores, palestrantes, <i>chairmen</i>, debatedores etc. de eventos internacionais e nacionais; (d) representantes de sociedades científicas; (e) representantes de entidades de classe;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Publicações conjuntas de docentes do Programa com docentes de outras IES ou institutos de pesquisa; - Parceria entre instituições na organização de eventos científicos relevantes para a Área; - Intercâmbio docente visando atividades de pesquisa (produção ou divulgação), docência ou orientação;
<p>5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo Programa a sua atuação.</p>	<p>15%</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção de página Web para a divulgação, de forma atualizada, de dados internos ao Programa, critérios de seleção de discentes, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos de agências públicas e entidades privadas etc. - Garantia de amplo acesso a Teses e Dissertações, pela Web; - Palestras, conferências e/ou aula inaugural em Programas recomendados e/ou em cursos de Graduação de interface com a Área; - Desenvolvimento de ações abertas à comunidade acadêmica e à sociedade em geral para divulgação dos trabalhos e produções do Programa, intercâmbio e difusão do conhecimento.

MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
1.1 Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa	35%	- Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	25%	- Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	15%	- Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	25%	- Examinar as perspectivas do Programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da Área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da Área.
2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50%	- Examinar se o Corpo Docente Permanente é formado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (conforme o estabelecido nas normas vigentes); - Examinar se o Corpo Docente atua em P,D&I nas áreas de concentração do Mestrado Profissional.

<p>2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.</p>	20%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a adequada proporção de Docentes Permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes. - Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais. - Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no Programa, que devem estar de acordo com as normas vigentes;
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.</p>	30%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do Programa entre os Docentes Permanentes.
<p>3 – Corpo Discente e Trabalho de Conclusão</p>	30%	
<p>3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do Programa.</p>	40%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a relação entre o número de trabalhos concluídos e o número de alunos matriculados no período. - Examinar a relação entre o número de trabalhos concluídos e o número de docentes do Programa
<p>3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos.</p>	40%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica. - Examinar a produção técnica, que não foi objeto de publicação, dos alunos e egressos.
<p>3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos.</p>	20%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a aplicabilidade do trabalho de mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos/privados etc.
<p>4 – Produção Intelectual</p>	30%	
<p>4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.</p>	20%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar o número total de publicações decentes permanentes do Programa no quadriênio.
<p>4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções</p>	40%	<ul style="list-style-type: none"> - Quantidade e distribuição do número total da produção técnica a partir de 3 tipos de grupos

consideradas relevantes.		<p>(dimensões): (a) biblio-técnico; (b) comunicação e (c) desenvolvimento/criação. Cada dimensão é composta de tipos de produção (itens) extraídos da plataforma Sucupira para ser relativizados pela sua importância dentro de cada grupo e do total.</p> <p>O grupo (a) biblio-técnico envolve os seguintes tipos de produção: apresentação de trabalhos, editoria, desenvolvimento de material didático, relatório técnico, serviços técnicos e tradução. Este último está na produção bibliográfica, na Plataforma Sucupira, contudo considerou-se como produção técnica.</p> <p>O grupo (b) comunicação envolve: cursos de curta duração, organização de eventos, programa de rádio e TV, bem como artigos em jornais ou revistas técnicas. Este último tipo se trata de uma produção bibliográfica, mas foi considerada como produção técnica.</p> <p>Por fim, o grupo (c) desenvolvimento e criação envolve 5 itens: desenvolvimento de aplicativo, desenvolvimento de produto, desenvolvimento técnico, cartas e mapas, e maquete.</p> <p>A composição e a avaliação serão de acordo com os critérios da Área para avaliação da produção técnica.</p>
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do Programa.	20%	- Examinar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do Programa.
4.4. Articulação da produção técnica e científica entre si e com a proposta do Programa.	20%	- Examinar a articulação entre a produção técnica e a publicação científica qualificada do Programa.
5 – Inserção Social	20%	
5.1. Impacto do Programa.	40%	Inserção Social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou para organizações da sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento

	<p>da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento;</p> <p>Inserção Tecnológico/econômico: contribuição para o desenvolvimento micro- regional, regional e/ou nacional destacando os avanços produtivos gerados; disseminação de técnicas e conhecimentos; organização e promoção de eventos científico-tecnológicos;</p> <p>Outras formas de inserção: A Área poderá considerar outros tipos de impacto (por exemplo: educacionais) na medida em que se alterar o perfil dos Programas recomendados. Poderão ser considerados os seguintes indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none">- Número e tipo de intercâmbios firmados para realização de cursos de extensão universitária;- Número de cursos de extensão proporcionados pelo Programa;- Existência de iniciativas de transferência de conhecimento e de técnicas para públicos não acadêmicos.- Alunos matriculados originários do setor público e/ou organizações da sociedade civil e/ou de instituições de ensino e pesquisa e/ou da rede pública de ensino fundamental ou médio;- Alunos titulados no período-base empregados no setor público e/ou organizações da sociedade civil e/ou de instituições de ensino e pesquisa e/ou da rede pública de ensino fundamental ou médio; organizações de fomento e desenvolvimento etc.- Prêmios recebidos pelo corpo docente e discente do Programa;- Existência no ano-base de convênio ativo e/ou acordo de cooperação e/ou prestação de serviço e/ou desenvolvimento de pesquisa entre o Programa e o setor público e/ou organização da sociedade civil e/ou atividade de extensão;- Disponibilização de bases de dados originais e/ou fontes primárias de dados para uso público;
--	---

		<ul style="list-style-type: none"> - Existência de veículo próprio de publicação regular e sistemática de resultados de pesquisa; - Ações institucionais para geração e desenvolvimento de tecnologias sociais e/ou econômicas, tais como incubadoras, parques tecnológicos e congêneres; - Representação institucional em conselhos públicos e/ou de associações da sociedade civil;
5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.	20%	- Examinar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma Área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; a participação em projetos de cooperação entre Cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.
5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.	20%	- Examinar a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região; a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos; a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.
5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa.	20%	- Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de

		candidatos pelo Programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação; - Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado;
--	--	---

IV. CONSIDERAÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL

A internacionalização da Área parte do princípio de que o estabelecimento de parcerias com instituições internacionais é imprescindível para o desenvolvimento da Pós-graduação e da pesquisa, uma vez que viabiliza a troca de conhecimentos, a cooperação técnica e científica, o aprimoramento da formação do corpo docente e discente. A Área discutiu a necessidade de que, além de não descuidar das relações com países que são tradicionalmente nossos interlocutores na América do Norte e Europa, incentivar e reforçar a cooperação com países do assim chamado “Global Sul”.

Apesar de haver um consenso na Área referente à importância da internacionalização, falta ainda maior amadurecimento a respeito dessa temática. Assim, os Programas mais bem avaliados possuem estratégias avançadas e consolidadas para a sua internacionalização. Mas ainda faltam debates do conjunto dos Programas para definir orientações mais gerais para a Área.

Como não há uma definição única para a Área, identifica-se um conjunto de ações que pode dar uma visão ampla a respeito de quais seriam os componentes da internacionalização:

- (i) *Produção científica*: compreende a publicação em meios internacionais de resultados de pesquisa, sob a forma de artigos em periódicos científicos, anais, livros e capítulo de livros qualificados, com destacadas proporção e média por docente nos estratos A1, A2 e B1 do Qualis da Área (periódicos, eventos) L4 e L3 na classificação de livros e capítulos de livro;
- (ii) *Participação junto a Agências de Apoio e Fomento Internacional*: consultorias a organismos internacionais; atuação em comitês editoriais e como pareceristas de periódicos internacionais; obtenção de bolsas de pesquisa ou financiamento de agências internacionais; premiações internacionais de docentes e discentes; participação em programas como Erasmus Mundo; formação de mestres e doutores por meio de cotutela com Programas estrangeiros;
- (iii) *Intercâmbios em diversos níveis*: atração de estudantes estrangeiros e estágio de discentes brasileiros no exterior; convênios de intercâmbio e de pesquisa com instituições estrangeiras de reconhecido prestígio científico, em regime de

reciprocidade e com divulgação no exterior; conferências e palestras realizadas por docentes em diversos países e participação em eventos fora do país; participação em redes internacionais de pesquisa; promoção de eventos científicos internacionais; filiações dos Programas ou de seus docentes a instituições e a associações de ensino e pesquisa internacionais; programas de dupla certificação com parceiro no exterior.

As **notas 6 e 7 serão** reservadas **exclusivamente** para os Programas com doutorado que obtiveram **nota final 5 e conceito Muito Bom em todos os quesitos da ficha de avaliação** e que atendam, **necessariamente**, às seguintes condições:

- Desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na Área;
 - Nível de desempenho diferenciado em relação aos demais Programas da Área;
 - Solidariedade;
 - Nucleação
- **Nota 6:** predomínio de conceito Muito Bom nos itens de **todos os quesitos da ficha de avaliação**, **mesmo com eventual conceito Bom em alguns itens.**
 - **Nota 7:** Conceito Muito Bom em **todos os itens de todos os quesitos** da ficha de avaliação.